



VÍDEO JURISTUBE · DIÁLOGOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável

Autores: Lígia Maria Silva Melo de Casimiro e Harley Carvalho

Publicado em: 14 de janeiro de 2025

Duração: 14 min

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/para-cidades-justas-em-rede-e-inteligentes-uma-agenda>

Link YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=ageiOGgbJgI>

Identificador citável: juristube.com.br/video/para-cidades-justas-em-rede-e-inteligentes-uma-agenda#ep-f5516d9c

Descrição

EP30- Episódio gerado por IA a partir do texto publicado pelos professores Lígia Maria Silva Melo de Casimiro e Harley Carvalho, "Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável"

LINK PARA O ARTIGO ESCRITO COMENTADO NO EPISÓDIO:

<https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/1casimiro>

LINKS GERAIS DO PROJETO:

Canal no YouTube: <https://abre.ai/youtube-dda>

Podcast no Spotify: <https://abre.ai/spotify-dialogos>

■ Confira todos os podcasts em: <https://juristube.com.br>

ESCOPO DO PROJETO

O podcast *Diálogos de Direito Administrativo (DDA)* é o primeiro podcast de Direito produzido por IA, com curadoria humana: divulga artigos jurídicos através de conversas envolventes e acessíveis geradas automaticamente por IA.

Pretende incentivar a leitura e ampliar o alcance de artigos de direito administrativo e áreas afins, inclusive entre leitores sem formação especializada.

O podcast tem o objetivo de servir como ferramenta educacional e de difusão do conhecimento jurídico.

Cada episódio, disponível no YouTube e Spotify, informa o link para acesso ao texto completo original comentado.

A Curadoria Humana seleciona os artigos, edita os vídeos e organiza a divulgação.

CURADORIA DO PROJETO

Prof. Paulo Modesto (UFBA)

ASSESSORIA

Assessoria Técnica: Camila Modesto

Assessoria Estratégica: Rafaela Modesto.

AVISO LEGAL

Este conteúdo audiovisual utiliza tecnologia de Inteligência Artificial (IA) para a geração automática de diálogos baseados em textos doutrinários de Direito Administrativo e áreas afins.

A responsabilidade pelo conteúdo original permanece com os autores humanos, enquanto a IA gera autonomamente o roteiro e as frases contidas no diálogo.

Variações no tom, no timbre e na voz dos falantes são normais diante do caráter experimental da tecnologia envolvida na geração automática dos diálogos.

O processo automático de adaptação pode enfatizar aspectos diferentes ou abordar tópicos não contemplados no artigo original. Este conteúdo tem finalidade introdutória e não substitui a leitura do texto doutrinário base, cuja consulta é fortemente recomendada para compreensão completa do tema. O texto base que inspirou este conteúdo é de autoria exclusivamente humana e foi publicado originalmente como artigo doutrinário.

APOIO E DIVULGAÇÃO

Apoie o projeto Diálogos de Direito Administrativo! Compartilhe, comente e curta o projeto nas redes sociais. Mantenha-se atualizado e assine o canal para receber informações sobre a publicação de novos conteúdos.

© 2024 Todos os direitos reservados

Transcrição

****Apresentador 1:**** Bem-vindos ao nosso mergulho profundo de hoje. Vamos abordar um artigo instigante das professoras L. Mel e Harley Carvalho, intitulado "Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável".

****Apresentador 2:**** Sim, um artigo publicado no início de 2021, em meio à pandemia de COVID-19. É verdade, aborda uma questão que parece mais relevante do que nunca: será que uma cidade pode ser realmente considerada inteligente se não for justa?

****Apresentador 1:**** O que é fascinante sobre esse artigo é que as professoras Mel e Carvalho vão além da simples aplicação de rótulos como "cidades inteligentes". Elas argumentam que colocar uma camada tecnológica não resolve as questões sociais subjacentes. É como colocar um curativo em uma ferida profunda.

****Apresentador 2:**** Exatamente. Uma cidade verdadeiramente inteligente, elas dizem, precisa ser construída sobre uma base de direitos sociais e necessidades humanas genuínas. E você tocou em um ponto-chave: as cidades são construídas por pessoas para pessoas.

****Apresentador 1:**** Sem dúvida. As professoras Mel e Carvalho enfatizam que a administração da cidade deve priorizar a qualidade de vida para todos, não apenas para alguns privilegiados. Elas argumentam que isso requer uma mudança em nosso pensamento: precisamos passar de uma mentalidade de competição individualista para uma de bem-estar coletivo.

****Apresentador 2:**** Interessante. Isso não é apenas um ideal abstrato; tem implicações práticas em como projetamos espaços urbanos, alocamos recursos e até interagimos uns com os outros como cidadãos. Essa ideia de mudar do "eu" para o "nós" é realmente poderosa. As professoras, na verdade, destacam a solidariedade como um princípio básico para a construção de cidades justas, especialmente quando se trata de implementar tecnologia de forma que beneficie a todos. É aí que entra o conceito de cidades em rede.

****Apresentador 1:**** Cidades em rede. As cidades não existem isoladamente; elas fazem parte de um ecossistema maior. As professoras Mel e Carvalho argumentam que essa interconexão é crucial,

especialmente ao enfrentar desafios que transcendem os limites de uma única cidade, como gerenciamento de recursos, transporte e até segurança pública.

****Apresentador 2:**** Ok, vamos descompactar essa ideia da cidade em rede. Como isso funciona na prática? Quais são alguns exemplos tangíveis que as professoras dão?

****Apresentador 1:**** Elas destacam a importância da colaboração e do compartilhamento de recursos entre cidades, especialmente em regiões que enfrentam desafios semelhantes. Imagine cidades trabalhando juntas para gerenciar os recursos hídricos durante uma seca ou compartilhando as práticas para sistemas de transporte sustentáveis.

****Apresentador 2:**** Faz sentido. Esse tipo de abordagem em rede pode levar a soluções mais eficientes e equitativas para todos os envolvidos. É como se elas estivessem dizendo que, em um futuro urbano verdadeiramente justo e inteligente, a força de uma cidade vem não apenas de seus próprios avanços internos, mas de sua capacidade de se conectar e colaborar com outras. É sobre reconhecer que estamos todos juntos nisso e que, trabalhando juntos, podemos criar um futuro urbano mais sustentável e equitativo para todos.

****Apresentador 1:**** Concordo. Este é um ponto de partida fascinante. Isso nos faz pensar sobre a frequência com que as cidades são colocadas umas contra as outras em competição por recursos ou talentos. Talvez uma abordagem mais colaborativa, como sugerem as professoras Mel e Carvalho, pudesse levar a soluções mais inovadoras e sustentáveis para todos.

****Apresentador 2:**** Absolutamente. E o que é realmente empolgante é que elas vão além de simplesmente delinear os problemas; elas oferecem soluções concretas, propondo uma agenda pública pelo direito à cidade centrada nos princípios de justiça e sustentabilidade.

****Apresentador 1:**** Estou curioso para mergulhar mais fundo nessas soluções. Que ações específicas elas sugerem que as cidades tomem para criar esse futuro urbano mais justo e inteligente?

****Apresentador 2:**** Uma das coisas principais que elas enfatizam é a necessidade de reavaliar como pensamos sobre o desenvolvimento urbano. Elas argumentam que precisamos nos afastar de uma abordagem puramente tecnocrática e abraçar uma perspectiva mais holística, que considere fatores sociais, políticos e culturais ao lado dos avanços tecnológicos.

****Apresentador 1:**** Não se trata apenas de ter os gadgets e dispositivos mais recentes, mas de entender como a tecnologia pode ser usada para atender às necessidades reais das pessoas que vivem nessas cidades.

****Apresentador 2:**** Precisamente. O artigo mergulha no conceito do direito à cidade no século XXI, destacando como a solidariedade, o design inteligente e a interconexão são componentes essenciais. Elas argumentam que o verdadeiro desenvolvimento urbano deve estar enraizado nos princípios do Estado Social, o que significa priorizar investimentos em políticas públicas que promovam a justiça social e a inclusão para todos os cidadãos. Isso me lembra a ideia de uma cidade inteligente sendo quase como um organismo vivo.

****Apresentador 1:**** Essa é uma ótima analogia. As professoras Mel e Carvalho realmente usam o termo "coprodução", sugerindo que os cidadãos devem estar ativamente envolvidos na formação de seus ambientes urbanos.

****Apresentador 2:**** É verdade. Isso significa ir além dos modelos tradicionais de governança de cima para baixo e criar espaços para a participação genuína dos cidadãos, do planejamento à implementação de políticas urbanas. Parece que elas estão defendendo uma abordagem mais democrática para o desenvolvimento urbano, onde os cidadãos têm uma voz real na formação do futuro de suas cidades.

****Apresentador 1:**** Exatamente. Mas como elas propõem que coloquemos essas ideias em prática? Elas oferecem uma gama de soluções práticas?

****Apresentador 2:**** Quais, por exemplo? Enfatizando a necessidade de investimentos em moradias acessíveis, transporte público eficiente e acessível, e a criação de espaços públicos inclusivos que promovam a interação social e o senso de comunidade. Essas são áreas críticas. A habitação acessível, especialmente, é um grande problema em tantas cidades ao redor do mundo.

****Apresentador 1:**** Sem dúvida. Interessante como elas vinculam isso diretamente ao conceito de cidade justa, argumentando que o acesso a moradias seguras e acessíveis é um direito fundamental.

****Apresentador 2:**** Absolutamente. Elas apontam que as condições inadequadas de moradia muitas vezes levam a uma cascata de outros problemas, desde problemas de saúde até acesso limitado à educação e oportunidades de emprego. Ao abordar a desigualdade habitacional, as cidades podem criar uma base mais estável e equitativa para todos os residentes. Trata-se de quebrar ciclos de desvantagem que muitas vezes são perpetuados pelo mau planejamento urbano.

****Apresentador 1:**** E quanto ao papel da tecnologia? Como as professoras Mel e Carvalho veem a tecnologia se encaixando nessa visão de uma cidade justa e sustentável?

****Apresentador 2:**** Elas argumentam que a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para o bem social, mas somente se for implementada cuidadosamente e com foco claro na equidade. Elas destacam o potencial das plataformas digitais para aumentar o engajamento dos cidadãos, melhorar a transparência do governo e até mesmo otimizar a prestação de serviços essenciais como saúde e educação.

****Apresentador 1:**** Então poderíamos ver cidades usando a tecnologia para criar sistemas mais responsivos e acessíveis para relatar problemas como buracos ou postes de luz quebrados, garantindo que essas preocupações sejam tratadas de forma equânime, independentemente do bairro.

****Apresentador 2:**** Ou imagine uma cidade usando análise de dados para identificar áreas com acesso limitado ao transporte público e, então, usando essa informação para desenvolver soluções direcionadas, garantindo que todos tenham acesso equitativo às oportunidades. Trata-se de usar a tecnologia para preencher essas lacunas e garantir que todos tenham a chance de prosperar, independentemente de sua origem ou de onde vivem na cidade.

****Apresentador 1:**** Essa é a ideia central. As professoras destacam a importância da alfabetização digital, argumentando que os cidadãos precisam ser capacitados com as habilidades e o conhecimento para navegar efetivamente nesse cenário urbano cada vez mais digital.

****Apresentador 2:**** Isso me faz pensar na importância do acesso público à tecnologia e aos programas de educação digital. Sem isso, os benefícios potenciais de uma cidade inteligente podem

facilmente passar por aqueles que mais precisam deles.

****Apresentador 1:**** Esse é um ponto crucial. Elas defendem uma abordagem centrada no ser humano em relação à tecnologia, garantindo que ela atenda às necessidades de todos os cidadãos e não exacerbe as desigualdades existentes. Elas alertam contra a simples implementação de tecnologia chamativa sem abordar as disparidades sociais e econômicas subjacentes que muitas vezes contribuem para os problemas urbanos.

****Apresentador 2:**** É um lembrete de que a tecnologia sozinha não é uma solução mágica; ela precisa fazer parte de uma estratégia mais ampla de mudança social que centralize as necessidades das pessoas.

****Apresentador 1:**** Concordo. Falando em estratégias, as professoras Mel e Carvalho vão um passo além, propondo recomendações políticas específicas. Você pode nos falar um pouco mais sobre uma agenda pública abrangente visando promover o direito a uma cidade sustentável?

****Apresentador 2:**** Isso inclui defender políticas que priorizem processos orçamentários participativos robustos, de prestação de contas e transparência no governo. Então, elas estão essencialmente pedindo uma abordagem mais democrática e colaborativa para a governança urbana, onde os cidadãos são capacitados para moldar ativamente o futuro de suas cidades.

****Apresentador 1:**** Precisamente. Elas argumentam que essa mudança nas dinâmicas de poder é essencial para a criação de cidades verdadeiramente justas e sustentáveis. E também enfatizam a importância da colaboração entre cidades, particularmente ao abordar desafios que cruzam fronteiras municipais. Isso me lembra da nossa discussão anterior sobre cidades em rede.

****Apresentador 2:**** Exato. É como se elas estivessem dizendo que as cidades não podem operar em silos; elas precisam compartilhar recursos, conhecimento e melhores práticas para lidar de forma eficaz com questões complexas como mudanças climáticas, pobreza e desigualdade.

****Apresentador 1:**** Exatamente. Elas destacam a necessidade de iniciativas de planejamento regional e modelos de governança colaborativa que permitam que as cidades trabalhem juntas em direção a objetivos comuns.

****Apresentador 2:**** Sim, imagine cidades reunindo recursos para investir em projetos de energia renovável — seria ótimo — ou desenvolvendo sistemas de transporte compartilhados que reduzem o congestionamento e a poluição em toda a região. É uma visão poderosa de como as cidades podem trabalhar juntas para criar um futuro mais sustentável e equitativo para todos. Mas, ao concluirmos nosso mergulho profundo neste artigo, estou curioso: quais são suas maiores conclusões? Quais são os insights-chave que você acha que nossos ouvintes devem guardar?

****Apresentador 1:**** Para mim, uma das mensagens mais poderosas é a do desenvolvimento urbano centrado nas pessoas. Não se trata apenas de construir uma nova infraestrutura brilhante ou implementar a tecnologia mais recente; trata-se de entender as necessidades das pessoas que vivem nessas cidades e criar ambientes onde todos tenham a oportunidade de prosperar.

****Apresentador 2:**** Isso é uma mudança fundamental na forma como pensamos sobre as cidades, com certeza. Afastar-se de uma lente puramente econômica ou tecnocrática e adotar uma perspectiva mais holística, que considera também os fatores sociais, culturais e ambientais.

****Apresentador 1:**** Absolutamente. O artigo nos lembra que as cidades são ecossistemas complexos e que o planejamento urbano eficaz requer uma abordagem multifacetada que envolve a colaboração entre setores, o engajamento significativo dos cidadãos e um compromisso com a justiça social e a sustentabilidade.

****Apresentador 2:**** É um chamado à ação, na verdade. Ele nos desafia a repensar nossos papéis como cidadãos e como podemos contribuir para a criação de cidades mais justas e equitativas. Seja defendendo políticas de moradia acessível, participando de iniciativas de planejamento comunitário ou simplesmente estando mais atentos aos nossos próprios hábitos de consumo.

****Apresentador 1:**** Todos nós temos um papel a desempenhar na construção do futuro de nossos ambientes urbanos. E eu acho que essa é a conclusão mais inspiradora deste artigo: a ideia de que não somos impotentes. Podemos fazer a diferença. Trabalhando juntos, podemos criar cidades que não sejam apenas inteligentes em termos de tecnologia, mas verdadeiramente inteligentes na maneira como priorizam o bem-estar de todos os seus residentes.

****Apresentador 2:**** Obrigado por nos guiar por este mergulho profundo hoje. Foi uma exploração instigante do que realmente significa construir uma cidade justa e sustentável no século XXI. E para nossos ouvintes, esperamos que esta conversa os tenha inspirado a pensar criticamente sobre o futuro de suas próprias cidades e como vocês podem contribuir para a criação de um futuro urbano mais equitativo e próspero para todos.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

DE CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo; CARVALHO, Harley. Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável. [Vídeo]. Tradução para mídia audiovisual por Inteligência Artificial. Curadoria de Paulo Modesto. Salvador: Canal @paulomodestodireito no YouTube / JurisTube.com.br, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ageiOGgbJgI> e em: <https://juristube.com.br/episodio/f5516d9c-e2be-46aa-827d-4b3eac94fa1a>. Acesso em: 20 ago. 2026.

APA 7ª edição

Casimiro, L. M. S. M. D., & Carvalho, H. (2025, January 14). *Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável* [Vídeo]. JurisTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ageiOGgbJgI>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

DE CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo, Harley Carvalho. 2025. "Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável." Vídeo. Diálogos de Direito Administrativo. <https://www.youtube.com/watch?v=ageiOGgbJgI>

BibTeX

```
@misc{juristube-para-cidades-justas-em-rede-e-inteligen-2025,
author = {Casimiro, Lígia Maria Silva Melo de and Carvalho, Harley},
title = {Para cidades justas, em rede e inteligentes: uma agenda pública pelo direito à cidade sustentável},
year = {2025},
howpublished = {JurisTube – Acervo Digital de Direito},
note = {Série: Diálogos de Direito Administrativo},
url = {https://www.youtube.com/watch?v=ageiOGgbJgI},
urldate = {2025-01-14}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/para-cidades-justas-em-rede-e-inteligen-uma-agenda>

PDF gerado em 2026-08-20 16:39 UTC